

A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA: REFLEXÃO SOBRE O SEU DOMÍNIO NO SISTEMA DE ENSINO E SOFT POWER

THE PORTUGUESE LANGUAGE IN ANGOLA: REFLECTION ON ITS DOMINANCE IN THE EDUCATION SYSTEM AND SOFT POWER

Wazeyi Eduardo T. Tando¹
Manuel Nambua²

RESUMO: O artigo visa analisar a influência da Língua Portuguesa no Sistema de Ensino Angolano a partir do Soft Power e o retrocesso na implementação das línguas nacionais nas instituições escolares. Os escopos das reflexões do estudo baseiam-se nos pressupostos qualitativos, com base em literaturas consagradas e documentos constitucionais, bem como do Plano Nacional de Desenvolvimento da educação, Educar Angola 2017-2030. Nesse sentido, para este estudo, surge como ponto de partida, as seguintes indagações: O que diz a Constituição da República de Angola acerca da Língua Portuguesa nas escolas e o ensino das línguas nacionais? Como são implementados os dispositivos dessas leis? Como é a formação de professores? Nos achados dos estudos, percebeu-se que no contexto angolano, a desvalorização das línguas nacionais no âmbito do sistema educativo possui raízes históricas que remontam aos processos instaurados pelo colonialismo português. É necessário que o poder público se comprometa a criar políticas que garantam a aplicação das leis existentes.

31

Palavras-chave: Língua portuguesa. Línguas nacionais. Sistema educativo angolano.

ABSTRACT: The article aims to analyze the influence of the Portuguese language in the Angolan education system, based on soft power and the setback in the implementation of national languages in school institutions. The scope of the study's reflections is based on qualitative assumptions, based on established literature and constitutional documents, as well as the National Education Development Plan, Educar Angola 2017-2030. For this study, the following questions arise as a starting point: What does the Constitution of the Republic of Angola say about the Portuguese language in schools and the teaching of national languages? How are the provisions of these laws implemented? What is teacher training like? The findings of the studies revealed that, in the Angolan context, the devaluation of national languages within the education system has historical roots that go back to the processes established by Portuguese colonialism. Public authorities need to commit themselves to creating policies that guarantee the application of existing laws.

Keywords: Portuguese language. National languages. Angolan education system.

¹ Licenciado em Letras e Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB-CE.

² Mestrando em educação na Universidade Federal de São Carlos, Bacharelado em Humanidades e licenciado em pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB-CE. Especialista em Gestão Escolar Integradora com Ênfase em Administração escolar, Orientação, Supervisão e Inspeção pela Faculdade Martins/MG.

INTRODUÇÃO

O artigo visa analisar a influência da Língua Portuguesa no Sistema de Ensino Angolano a partir do Soft Power e o retrocesso da implementação das línguas nacionais nas instituições escolares. O termo Soft Power foi cunhado pelo estadunidense Joseph Nye (2004), em sua obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (*Soft Power: Os Meios para o Sucesso na Política Mundial*). A terminologia significa a influência que um país tem sobre outro, na implementação de políticas, comportamentos culturais, político, linguístico e educacional, sem coerção de meios bélicos.

Não é nossa intenção discutir de maneira abrangente o termo Soft Power neste estudo. No entanto, foi necessário utilizá-lo para demonstrar como as grandes potências mundiais influenciam outras nações através destes meios estratégicos. Destarte, o interesse pelo estudo vai além de sermos cidadãos angolanos, mas, sim, pelas reflexões e debates no seio da universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB-CE.

Esta disciplina Ensino de Língua Portuguesa nos Países Integração³, ministrado pela professora Gislene Lima de Carvalho⁴, é também componente obrigatório para o curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade, como requisito para a carga horária do curso.

32

Nesse sentido, para este estudo, surge como ponto de partida, as seguintes indagações: O que diz a Constituição da República de Angola acerca da Língua Portuguesa nas escolas e o ensino das línguas nacionais? Como são implementados os dispositivos dessas leis? Como é a formação de professores?

Desde os tempos mais remotos da história da humanidade, à língua sempre desempenhou as funções de principal instrumento de comunicação entre os seres humanos, entretanto, para além de ser esse veículo de transmissão de mensagens, quer sejam de textos escritos e orais, à língua é a representação identitária de um povo. É através dela que se desenvolvem as manifestações culturais, por exemplo, as danças, os rituais religiosos, etc. Conforme pontua Hall (2006), a expressão identidade obedeceu a três períodos cruciais: a identidade centrada ao sujeito sociológico, a identidade do sujeito iluminista e a identidade para o sujeito pós-moderno.

³ Se refere aos países que fazem parte da UNILAB e têm a língua portuguesa como língua oficial.

⁴ É professora doutora do Instituto de Linguagens e Literaturas da UNILAB-CE. Disponível em: <https://sig.unilab.edu.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=2335704>. Acesso em: 03 jan.2024.

A atenção da seguinte análise caiu para o sujeito pós-moderno, pois é a ele que recaem a multiplicidade da definição de sua própria identidade, a partir destas múltiplas características do sujeito, no pós-modernismo à língua enquanto elemento identitário é questionada e/ou silenciada, ou seja, o sujeito deste período decide assumir outra identidade e negando a sua.

Angola é um país formado por várias identidades culturais, e cada grupo linguístico apresenta suas próprias características. Dentro de um mesmo espaço coexistem dezenas de línguas do tronco linguístico bantu, como, Kikongo, Kimbundu, Umbundu, , e as línguas do grupo Khoisan. Embora haja essa multiplicidade, porém o sistema educativo é majoritariamente dominado pela língua portuguesa. Neste sentido, a presença desta língua no ensino nacional merece um questionamento e uma resposta mais eficaz e satisfatória que nos permitirá abrir um debate acerca dela.

Os debates e as reflexões em torno da LP num contexto multilíngue jamais deve ser um assunto observado apenas dentro das esferas sociais, mas, sim, um tema que merece ser discutido desde o âmbito acadêmico até político, a qual a presença dos estudiosos da língua/ linguagem é inevitável para melhor compreensão da geografia linguística de Angola.

Considerando o trabalho a respeito das línguas no contexto social africano, Petter (2015), revela, sobretudo, a expansão das línguas europeias no continente africano e o seu domínio, nomeadamente, no sistema educativo e não só, e as pesquisas de Bernardo (2018) e as de Ndombele e Timbane (2020), se adéquam a discussão que trazemos no que diz respeito ao ensino que legitimou o português como único veículo de escolarização. Tal como discutimos de maneira resumida acerca da situação sociolinguística de Angola. E a partir dos estudos de Kukanda (2000), acerca da diversidade linguística em África compreendemos o quão é diversificado o campo linguístico angolano, tal como em linhas gerais discutimos sobre a perda da identidade no pós-modernidade, segundo Hall (2006).

De acordo com a Constituição da República de Angola (art.19) “a língua oficial da República de Angola é o português”, tal como “o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.” (Angola, 2010, p. 9).

No documento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação denominado EDUCAR 2030, assevera que o governo enunciou diversas propostas que visam garantir “[...] condições objectivas para uma educação para todos; [...] Resgatar a identidade linguística de Angola [...] Garantir a protecção das Línguas de Angola; [...] Contribuir para o desenvolvimento de cada língua de Angola inserindo-a no domínio da educação” (PNDE, 2015, p. 122).

Os documentos em apreço evidenciam de forma inequívoca a legitimação e o privilégio do idioma português no âmbito do território nacional. Nesse viés, diante há ausência de políticas eficazes para a implementação das línguas nacionais, consideremos que nem toda região funciona o projeto bilíngue. Por conseguinte, constata-se a assertiva de que o governo não está em consonância com as disposições políticas delineadas na lei magna do país.

A língua portuguesa é a única língua oficial dos angolanos, assim como é única língua de escolarização desde os tempos primórdios da colonização e, até que o país se tornou uma república, as políticas linguísticas voltadas as línguas locais nunca conheceram uma independência/ democracia, ou seja, continua a imperar o colonialismo linguístico no pós-independência, a qual a língua da ex- corte portuguesa que entrou em contato com as línguas ditas “minoritárias” continua salvaguardada.

Dentro deste bojo chamado educação, em espaços em que há uma predominância de multiplicidade linguística, como o de Angola, os plurilinguismos conforme nas pesquisas de Ndombele e Timbane (2020), não deve ser encarado como um obstáculo para os angolanos. Os autores argumentam que o plurilinguismo em sociedades consideradas múltiplas é um motivo de orgulho, aliás é uma das principais características das sociedades.

Se relacionamos a fala dos autores ao nosso contexto, notaremos que a ideia do “orgulho” a diversidade fica apenas nas entre linha, pois no sistema educativo angolano não impera a pluralidade linguística, as aulas são ministradas exclusivamente em português. A LP desde a época colonial foi o principal instrumento de ensino, melhor dizendo, era a língua utilizada para civilizar os povos indígenas, visto que a educação que os povos nativos tinham se baseava no conhecimento da história e da cultura portuguesa, e este projeto colonial continua atualmente, cujo os documentos oficiais como a constituição da república e a lei de bases do sistema de ensino, por exemplo, não abordam o ensino de línguas locais de modo obrigatório.

A Lei de Bases do Sistema de Ensino no seu art. 15 (Educação e promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos) diz que “O Sistema de Educação e Ensino promove o respeito pelos símbolos nacionais e a valorização da história, da cultura nacional, da identidade nacional [...] (Angola, 2020, p.10) e o art. 16 (Línguas de ensino), no primeiro parágrafo realça que “O ensino deve ser ministrado em português” (Angola, 2020, p.11).

Diante destes incisos prova-se que a valorização da identidade nacional que se fundamenta, sobretudo, no reconhecimento das línguas que são partes desta fica longe, uma vez que o ensino do português é reforçado e legitimado neste documento conforme no artigo 16.

Em função do que escrevemos levantamos o seguinte questionamento. Por que português língua oficial num contexto heterogêneo? A resposta desta questão se sustenta simplesmente na unificação do povo de Cabinda ao Cunene, e o apaziguamento dos possíveis conflitos étnicos entre às diversas etnias nacionais.

Este estudo surge através dos inúmeros questionamentos sobre o domínio massivo da LP no sistema educativo angolano, tal como o seu poder de língua majoritária e/ou oficial que, de modo geral, invisibiliza, ou delimita espaços das línguas locais em poder proliferar, no entanto, a pesquisa visa contribuir na abertura de debates crítico-filosóficos a respeito do domínio da LP.

Como resultado constatou-se que esse tipo de política de ensino centralizado numa “única” língua, precisamente, a oficial tende a criar uma série de obstáculos dentro e fora do sistema educativo, um deles é a perda da identidade, ou seja, as pessoas tendem a se identificar mais com a língua da colonização.

No primeiro momento deste texto discute-se acerca do domínio da língua portuguesa no sistema educativo angolano. Onde propomos uma discussão mais abrangente a respeito da sua presença no ensino como língua majoritária. E na segunda parte, o artigo aborda sobre o carácter oficial do português, o qual discutimos o conceito de língua oficial.

Na terceira parte, falamos do preconceito linguístico, onde apresentamos o conceito e como se desencadeia. Na quarta parte, discutimos sobre a colonização linguística, uma vez que à identidade do Outro não europeu continua a ser questionada e ignorada. E concluímos o texto apresentando as considerações finais das reflexões e as referências bibliográficas.

35

O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA OFICIAL

Uma língua oficial segundo Petter (2015, p.196) é “[...] aquela utilizada na administração e na educação. Nem sempre a língua com maior número de falantes [...]. Concordamos com a tese de Petter, mas alertamos que em Angola, segundo INE (2014), mais da metade da população angolana, isto é, 71% fala o português, ou ainda, é a única língua nacional existente num universo heterogêneo e pluridiscursivo.

Para Petter (2015), os países africanos que antes fizeram parte das ex-colônias europeias optaram no uso das línguas de colonização como idiomas oficiais de suas nações por estas não identificarem nenhum grupo linguístico. A autora segue argumentando que línguas como português, por exemplo, foi adotada para manter a união entre os povos do mesmo país e estabelecer a comunicação entre si.

Ainda segundo a autora (2015) afirmar que:

[...] as línguas locais estavam [...] vinculadas a uma região e um grupo étnico, além do fato de que a maioria delas não dispunha de um sistema de escrita que pudesse servir à administração e à escolarização” (Petter, 2015, p. 196).

Embora haja uma expansão desta língua no território angolano, mormente, na capital do país, nas zonas rurais, apesar da política migratória ainda continua a predominar as línguas locais, ou seja, segundo Bernardo (2018) 49% da população residente no campo não faz o uso do português para estabelecer a comunicação.

Ainda de acordo com Petter (2015), embora tratando-se de uma língua que foi imposta aos angolanos, alcançou o status de língua unificadora graças à política de oficialização da mesma. A respeito da oficialização do português Kukanda (2000) argumenta que aquando da sua inunção em agosto de 1845 em Angola, a língua portuguesa atravessou momentos difíceis, foi neste período que começou a exercer um papel preponderante na política linguística colonial.

Face a esse fenômeno o autor vai pontuar dois fatos de suma relevância concernente a presença da LP no espaço angolano estes, por sua vez, datam de 1975, entre os quais:

Ele deveria jogar um papel de língua oficial para o jovem Estado angolano; o português é o único veículo linguístico dos angolanos de origem europeia e daqueles que não se identificam com os diferentes grupos etnolinguísticos do país. (Kukanda, 2000, p.112).

36

Ora, se nos atentarmos aos estudos de Margarida Petter, corroboramos de que a língua portuguesa é uma língua dominante em Angola, aliás, conforme Petter (2015, p. 200), uma língua dominante é “[...] assegurada pela superioridade demográfica e socioeconômica de seus falantes [...]. Dentro deste viés, asseguramos que o português, para além do seu envolvimento no meio acadêmico e social que é fruto do amplo número de falantes que possui, também é o principal veículo de estabelecimento comercial, isto é, auxilia o governo no comércio externo, sobretudo, na atração de investimento estrangeiro para o país.

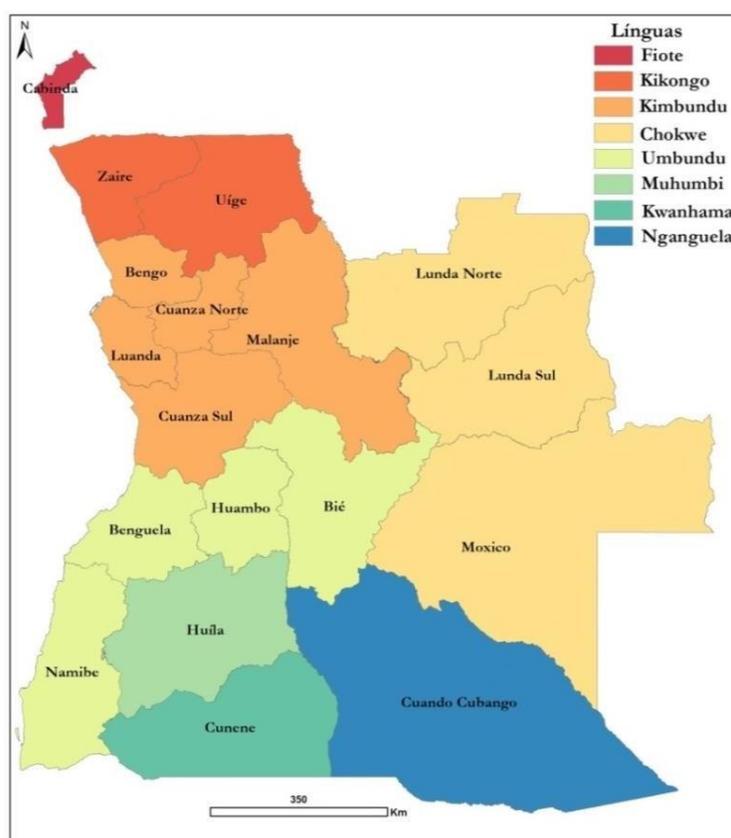
Após a independência esperava-se que a nova elite angolana pudesse seguir com a política de preservação, valorização e manutenção da (s) identidade (s) linguística (s) dos povos de Angola, porém houve uma sequência de políticas linguísticas do período colonial, a qual a língua da ex- metrópole fosse suplantada as línguas locais, ou seja, segundo a nova elite oficializar o português tenderia amenizar os possíveis conflitos étnicos.

SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

Do ponto de vista sociolinguístico Angola apresenta características de estado plurilíngue, onde boa parte da população fala mais de uma língua, e a LP enquanto língua oficial entra em contato com as línguas vernáculas “línguas nacionais”.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística- INE (2014, p.51), as línguas mais faladas atualmente no território angolano são: português (71,15%), umbundu (22,96%), kikongo (8,24%), kimbundu (7,82%), o chokwê (6,54%), nhaneca (3,42%), nganguela (3,11%), fiote (2,39%), kwanhama (2,26%), mhumbi (2,12%) e o luvale (1,04%). Sendo assim, o presente mapa da figura 1 apresenta as línguas mais faladas no país.

Figura 1: Principais línguas faladas por províncias



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas de Angola (2014, p.56).

Ainda assim, no sentido de descrever as regiões onde predominam as línguas nacionais, apresenta-se no quadro 1 as línguas por províncias.

Quadro 1- Descrição das línguas por províncias

Província	Capital	Extensão	Nº municípios	Línguas	Etnias	Fundação
Bengo	Caxito	31.371 km ²	6	Kimbundu, Kikongo	Ambundu, Bakongo	26-04-1980
Benguela	Benguela	39.827 km ²	10	Umbundu, Ohvanyaneka	Ovimbundu, Ohvanyaneka	17-05-1617
Bíe	Cuito	70.314 km ²	9	Umbundu, Cokwe	Ovimbundu, Tucokwe	01-05-1922
Cabinda	Cabinda	7.283 km ²	4	Fiote, Kikongo	Bakongo	28-02-1868
Kuando Kubango	Menongue	199.049 km ²	9	Nganguela	Ovanganguela	21-10-1961
Kwanza Norte	Ndalatando	24.110 km ²	10	Kimbundu	Ambundu	15-08-1914
Kwanza Sul	Sumbe	55.660 km ²	12	Kimbundu, Umbundu	Ambundu, Ovimbundu	19-09-1917
Cunene	Ondijiva	78.342km ²	6	Oshivanbo	Ovambu	10-07-1970
Huambo	Huambo	2609 km ²	11	Umbundu	Ovimbundu	08-08-1912
Huíla	Lubango	79022 km ²	14	Olunhaneka, Umbundu	Ovambu	02-09-1901
Luanda	Luanda	18.826 km ²	9	Kimbundu	Ambundu	25-01-1576
Lunda Norte	Dundo	103.760 km ²	10	Cokwe	Cokwe	04-07-1978
Lunda Sul	Saurimo	77.636 km ²	4	Cokwe	Cokwe	13-07-1895
Malange	Malange	2.422 km ²	14	Kimbundu	Ambundu	13-02-1868
Moxico	Luena	223.023 km ²	9	Cokwe, Nganguela	Ovanga	15-09-1917
Namibe	Moçâmedes	8916 km ²	5	Oluherero	Minoria, Oluyaneka	10-07-1645
Uíge	Uíge	58.698 km ²	16	Kikongo, Kimbundu	Bakongo, Ambundu	31-05-1887
Zaire	Mbanza Congo	40130	6	Kikongo	Bakongo	01-04-1961

Fonte: Site do Governo de Angola⁵.

Diante destes dados, é possível auferirmos o quão é diversificado o território angolano, contudo o status destas línguas não é o mesmo se compararmos com o português, sendo que algumas línguas possuem o carácter de língua regional ou local, mas não têm o mesmo reconhecimento do ponto de vista nacional muito menos o prestígio social que a LP possui (Ndombele; Timbane, 2020).

⁵ Disponível em : <https://governo.gov.ao/angola/provincias> . Acesso em: 12 ago. 2023.

Para Kuanza; Torres e Rubio (2023), Angola, assim como outros países de África, tem dezenas de línguas que dividem espaços com a língua portuguesa no seu território, o fato delas ocuparem espaço, jamais foram capazes de desempenhar as funções de língua oficial, conforme o português, e este fato se deve a razões políticas, por exemplo, a independência em 1975.

De acordo com Ndombele e Timbane (2019), estes pontuam que a realidade multilíngue de Angola, tal como a política de ensino de língua “única”, ou majoritária, tem desencadeado inúmeros problemas, nomeadamente, as complexidades no ensino da LP, especialmente, nas regiões urbanas e rurais, visto que segundo os autores a maioria das crianças que moram nas aldeias⁶ falam pelo menos uma língua original de Angola, fato que impacta na afluência da própria língua oficial, isso acaba criando obstáculos no entendimento dos conteúdos e a assimilação dos mesmos.

Nesse viés, Freire e Guimarães (2011), no livro *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau*, argumentam que,

(..) o problema que se coloca em Angola é o de qual poderia ser, entre as diferentes línguas nacionais, aquela que devesse ser escolhida para ser a língua veicular. Isso poderia criar um problema político enorme a mais aos problemas que já há. Então a língua portuguesa está assumindo esse papel, que eu pessoalmente acho que ela não pode cumprir. Nos centros urbanos de Angola, até onde a minha experiência me permite, é possível falar português, mas nas áreas rurais, não [...].

39

Destarte, postulamos que é inoportuno afirmamos a possibilidade de existir uma única língua adicional ao português, que já foi instituída como língua oficial em Angola. No entanto, é viável a descentralização de poder e que em cada região o Ministério da Educação crie políticas de incorporação das línguas locais nas instituições de ensino.

Dessa forma, o processo de ensino e aprendizagem, principalmente nas áreas rurais, não dependeria exclusivamente do português. Ndombele e Timbane (2020, p. 296), argumentam que: “[...] no contexto angolano, a criança chega à escola com pelo menos uma língua africana. Uma vez que essa criança já consolidou a estrutura da língua africana encontra dificuldades na compreensão da estrutura do português”.

Diante dessa realidade, a implementação de políticas públicas voltada para o ensino bilíngue demonstra-se como uma abordagem potencialmente capaz de fornecer respostas para mitigar o problema do abandono escolar em regiões onde o português não exerce influência expressiva, apesar de sua condição de língua oficial.

6 Em Angola o termo aldeia equivale ao conceito de distrito no Brasil.

Assim, para alcançar esse objetivo, é essencial que o governo se empenhe na implementação de políticas de capacitação e formação dos professores, valorização salarial, criando melhores condições de trabalho indispensável para os profissionais que trabalham em regiões rurais e periférico.

A COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA EM ANGOLA

A colonização linguística que apresentamos aqui relacionamo-la ao sistema educativo angolano, porque entendemos ser pertinente compreendê-la segundo o contexto escolar, ou seja, até que ponto a língua portuguesa foi capaz de influenciar e dominar o setor educacional angolano.

Há em Angola segundo nossas visões face a realidade vivenciada uma espécie de colonização linguística no sistema educativo nacional, onde a língua da nação colonizadora mesmo após o fim da colonização se manteve e/ ou se mantém como prioritária, haja vista que a língua portuguesa é a única considerada oficial em todas as instituições públicas e privadas, bem como no aparato do Estado (Ndombele; Timbane, 2020).

A colonização linguística de acordo com Mariani (2004, p. 19) “resulta de um acontecimento na trajetória de nações com línguas e memórias diferenciadas e sem contato [...]”,
Assim como estabelecido pela autora, apraz-nos pontuar que, com a chegada dos portugueses em Angola, estes, por sua vez, a sua língua indo-europeia entrou em contato com outras línguas jamais conhecidas pelos colonizadores. O contato linguístico entre povos de culturas diferentes desencadeou um choque cultural, pois tratava-se de duas nações com histórias e costumes totalmente diferenciados. Mas a língua portuguesa em meio pluridiscursivo

Conforme observado por Mariani (2003), o conceito de colonização linguística aborda a relação entre a língua dominante e as línguas subjugadas, ou seja, as línguas dos povos sujeitos ao domínio, em contraposição à língua predominante ou à língua da colonização, que buscava impor-se sobre as línguas minoritárias.

Com a intenção de impor seu Soft Power por meio da política civilizatória através da linguagem entre os povos colonizados, Portugal instituiu medidas coloniais, incluindo decretos, que visavam favorecer e obrigar o ensino da língua portuguesa em suas colônias, ao mesmo tempo que restringiam o uso das línguas nacionais desses povos. A autora descreve ainda que, o Decreto 6322 de 24/12/1919, assevera que há “Obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa” e a “Proibição do uso de outra língua europeia que não a portuguesa” (Mariani, 2008, s.p).

Nesse sentido, os decretos que foram promulgados pelo Governo colonial, tanto no período colonial propriamente dito quanto no contexto subsequente à independência, ostentam vestígios da ascendência da língua portuguesa. Esses vestígios evocam o legado da colonização, fornecendo espaço para a persistência de elementos coloniais, tanto em termos de domínio, identidade e conhecimento.

Nas instituições de ensino, por exemplo, está presente a herança colonial a partir dos currículos escolares que estão pautados nos saberes eurocêntricos, a “[...] língua portuguesa por exemplo, foi proposta como obrigatória pelo assimilacionismo, para gerar hierarquização e apagamento” (Fernandes, 2023, p. 10).

De acordo com Mariani (2008), há uma hegemonia linguística em Angola. Diante disso, a autora enfatiza que Portugal criou slogan discursivo com os países colonizados, a ideia da lusofonia, no sentido de perpetuar a colonialidade epistêmica, do poder e do ser, no sentido de sustentar sobre a ideia de unidade com os povos.

Dessa maneira, Portugal continua mantendo o seu poder linguístico a partir do Soft Power no território angolano, quer no âmbito diplomático, político, econômico e cultural (Nye, 2004). Assim, na contemporaneidade a língua Portuguesa permeia como oficial e invisibilizando as línguas nacionais. Mas adiante, buscamos analisar o documento do Plano Nacional de Desenvolvimento denominado EDUCAR 2017-2030.

41

A ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PNDE-EDUCAR 2017-2030)

O documento do PNDE é indispensável para educação em Angola, pois descreve os insumos das políticas educacionais num prazo de treze anos, 2017-2030. De acordo com o referido documento o programa da inserção das línguas nacionais nas escolas começou em 2004,

[...] com a assinatura de um acordo entre o Ministério da educação e a Maskew Miller Longman (Editora Sul Africana), cujos direitos passaram muito recentemente para a PEARSON, estabelecendo com esse acordo a parceria para produção do material didático e a formação de professores do ensino das Línguas de Angola (Angola, 2017, p. 121).

Com base nisso, o Ministério da Educação (MED) e o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento (INIDE) implementaram várias iniciativas que levaram à criação de materiais educativos e às primeiras sessões de formação de professores em 2007. De acordo com Angola (2017, p. 121),

[...] Até 2009 o projecto produziu e experimentou material didáctico para a 1^a, 2^a e 3^a classes, em sete línguas de Angola, nomeadamente: Cokwe, Kikongo, Kimbundu, Ngangela, Olunyaneka, Oxikwanyama, Umbundu e o Português L2. De 2009 a 2010 o programa editou, adquiriu e distribuiu 1.500.000 manuais da 1^a classe, em sete línguas de Angola e formou 70 formadores, cuja missão é formar os professores por área linguística.

Com base nas informações fornecidas, é evidente que existem registos da aquisição de materiais didáticos e dos níveis de ensino das línguas. No entanto, o documento não especifica quais os estabelecimentos de ensino que ensinavam estas línguas. De 2017 a 2030, o PNDE apresenta várias iniciativas educativas que visam introduzir as línguas nacionais nas escolas de todas as regiões do país. Estes esforços são de grande importância e seriam imprescindível implementá-los. Desta forma, o documento delinea as iniciativas que se seguirão:

Projecto 1 Estudo das Línguas de Angola aplicado ao ensino;
Projecto 2 -Elaboração, edição, aquisição e distribuição do material didáctico do ensino não universitário, utilizando para o efeito a indústria nacional;
Projecto 3 - Formação de formadores e professores em línguas e metodologia de ensino das Línguas de Angola;
Projecto 4 - Criação de condições para a generalização do ensino das Línguas de Angola mediante a sua inserção no Plano Curricular do Ensino não Universitário. Projecto 5 - Monitorização e Avaliação das actividades do ensino das Línguas de Angola ao nível das 18 províncias (Angola, 2017, p. 123).

Dadas as situações descritas, os projetos propostos geralmente não se concretizam porque 42
diversas línguas nacionais estão fora dos espaços escolares não universitário e universitário em várias regiões do país, embora existam algumas escolas onde são ensinadas as línguas Kimbundu e Umbundu.

O documento tem como proposta de “Formar professores; 2 Formadores por província e 20 Formadores Nacionais” (Angola, 2017, p. 123). Ao analisar o PNDE, percebe-se que se trata de um documento repleto de inúmeras propostas políticas. No entanto, como aponta Cury (2002), essas leis tornam-se mero discurso até que sejam colocadas em prática.

Neste diapasão, pode se considerar discursos políticos em papéis quando analisamos que de 2017 a 2023 o documento prévio:

2017- 2018- Capacitar um universo de 50% de professores em metodologia de ensino das línguas de Angola para a generalização na 1^a e 2^a classes;
2018-2019- Capacitar um universo de 50% de professores em metodologia de ensino das línguas de Angola para a generalização na 3^a classe.
2019-2020- Capacitar um universo de 50% de professores em metodologia de ensino das línguas de Angola para a generalização na 4^a classe;
2020-2021- - Capacitar os professores para utilizar o material didáctico da 5^a classe;
2021-2022- Capacitar um universo de 50% de professores em metodologia de ensino das línguas de Angola para a generalização do ensino das línguas de Angola na 5^a classe;

2022-2023- Distribuição do material didático da 6ª classe às escolas do Ensino Primário de forma a atender um universo de 50% de crianças matriculadas. Capacitar um universo de 50% de professores em metodologia ensino das línguas de Angola para a generalização na 6ª classe (Angola, 2017, p. 24-25).

Os elementos listados carecem de análises para determinar se foram implementados. Procurámos outros documentos do Ministério da Educação durante o período de 2017 a 2013, mas não existe nenhum relatório que descreva as propostas acima mencionadas. Por isso, opomo-nos à afirmação de que todas elas foram cumpridas, especialmente considerando o estado alarmante da formação de professores em línguas nacionais e o retrocesso na implementação dessas línguas nas escolas.

Do nosso ponto de vista, é essencial conferir autonomia às províncias, permitindo-lhes desenvolver suas próprias políticas educacionais para a integração das línguas nacionais. Isso evitaria a dependência das políticas estatais que até o momento se mostravam deficientes e pouco eficazes.

Além disso, um desafio se manifesta na formação de professores, onde se destaca a necessidade de o governo priorizar a capacitação daqueles com formação em linguística. Tal abordagem possibilitaria que cada educador atuasse em sua área de atuação. Adicionalmente, enfatizamos a importância da produção local de materiais educativos em Angola, em detrimento da prática atual de importação para Portugal. Portanto, não basta haver propostas bonitas no papel, é preciso serem implementadas.

43

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a análise do estudo, constatou-se que o ensino da língua portuguesa nas instituições de ensino em Angola detém um domínio específico e existe um soft power que mantém o poder linguístico. A partir dessa constatação, urge a necessidade de incorporar as línguas nacionais no currículo, visando garantir a diversidade cultural diante da rica pluralidade linguística existente no país. Além disso, os obstáculos específicos relativos à formação de professores e à produção de materiais didáticos evidenciam a necessidade de investimentos por parte do governo.

É de extrema importância salientar que a presença da língua portuguesa no sistema educativo angolano não deve ser discutida de forma isolada, mas como parte integrante de um contexto mais abrangente que engloba as políticas educativas. Por isso, a reflexão sobre este tema deve ser constante e não vista como uma conclusão, mas sim como o ponto de partida para a

implementação de medidas práticas que visem reforçar a inclusão das línguas nacionais nas escolas em Angola

Ao longo do estudo, observou-se que, no contexto angolano, a desvalorização das línguas nacionais no sistema educativo tem raízes históricas que remontam aos processos estabelecidos pelo colonialismo português. Até hoje, o governo angolano adere a estruturas que mantêm o português como principal meio de comunicação. A análise dos documentos oficiais revela que as línguas nacionais são reconhecidas, no entanto, identificam-se lacunas substanciais, nomeadamente no que se refere à definição das 7 línguas a ensinar e aos métodos de ensino a adotar.

A abordagem do ensino das línguas não é clara. Além disso, as propostas delineadas no documento carecem de análise para determinar a sua implementação, uma vez que não existem relatórios semestrais do Ministério da Educação que descrevam os projetos destinados a integrar as línguas nacionais nas escolas.

Diante desse cenário, a pesquisa se fundamentou na hipótese de que a desvalorização das línguas angolanas no contexto educativo reflete-se na ausência de políticas linguísticas equitativas, capazes de estabelecer um equilíbrio entre a língua oficial e aquelas que coexistem no mesmo espaço geográfico.

O ensino da LP enfrenta diversos desafios e a supervalorização de uma norma padrão, centrada na gramática de Portugal, torna limitante as demais variações linguísticas das regiões angolanas. Assim, reforçamos e alistamos algumas propostas que quiçá pode instigar as novas políticas linguísticas:

- Que sejam postos em práticas as políticas evidenciadas pela constituição angolana, com vista ao reconhecimento das línguas nacionais em todas as instituições de ensino;
- Adequação dos materiais didáticos a realidade do país
- Valorização das variedades linguísticas e sua inserção no cotidiano escolar;
- Financiamento e formação de professores.

Portanto, a existência de leis constitucionais e reformas educativas por si só, não tem resolvido as mazelas sobre a inserção das línguas nacionais nas escolas, sendo necessário um compromisso do poder público com a criação de políticas que venham efetivar a implementação dessas leis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. PNDE. Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação. Educar-Angola, 2017-2030, Huambo, 2017.

ANGOLA. Constituição da República de Angola. Diário da República, Luanda, 21 jan. 2010.

ANGOLA. Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE nº 17/16). Diário da República, Assembleia Nacional (Parlamento Angolano), Luanda, 2016.

INE. Instituto Nacional de Estatística. Resultados Definitivos do Censo Geral da População em Angola, Luanda, 2014. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

BALUTA, Inês Florinda Luís Buissa, GOMES, Maria Laura Magalhães. Trajetória da formação de professores de Matemática no Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (1998-2009). História Oral, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.7-28, 2020.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José et al. Política linguística para o ensino bilíngue em Angola. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de pesquisa, n. 116, p. 245-262, 2002.

45

FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Sérgio. A África ensinando a gente: Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12 ed. Rio de Janeiro, Lamparina: 2006. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva.

MARIANI, Bethania. Da colonização lingüística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües. Gragoatá, v. 13, n. 24, 30 jun. 2008.

MARIANI, Bethania. Políticas de colonização lingüística. Letras, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, 2003.

MARIANI, Bethania. Colonização lingüística; línguas, política e religião. Campinas: Pontes, 2004.

NDOMBELE, Eduardo David; TIMBANE, Alexandre António. O ensino de língua portuguesa em angola: reflexões metodológicas em contexto multíngue. fólio-Revista de Letras, v. 12, n. 1, 2020.

NYE, J. Soft Power: the Means to Success in World politics. New York: Public Affairs, 2004

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Introdução à linguística africana. São Paulo: Contexto, 2015.

KUKANDA, Vatomene. Diversidade linguística em África. *Africana Studia*, Porto, n. 3, p.101-117, 2000.

KUANZA, Nataniel Cassoma; TORRES, Fábio Fernandes; RUBIO, Cássio Florêncio. Contato entre línguas nos PALOP: o perfil sociolinguístico de estudantes angolanos. *Mandinga-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 1, p. 35-47, 2023.